

## **SOCIEDADE RURAL BRASILEIRA (SRB)**

Associação civil patronal fundada em São Paulo em 20 de maio de 1919 por Eduardo da Fonseca Cotching. Congregando pecuaristas, cafeicultores e agricultores em geral, tinha como objetivo, conforme expresso no estatuto de 1924, “fomentar o desenvolvimento da pecuária, da agricultura e de todas as indústrias derivadas destas”. Seu órgão oficial de divulgação é a revista mensal *A Rural*, que foi fundada em abril de 1920 com o nome de *Annaes da Sociedade Rural Brasileira* e teve diferentes denominações no decorrer de sua longa história: *Revista da Sociedade Rural Brasileira*, de 1922 a 1941; *Revista da Sociedade Rural*, de 1941 a 1946; novamente *Revista da Sociedade Rural Brasileira*, de 1946 a 1955; *A Rural* de 1955 a 1995; *Informativo Rural*, de 1995 a 2009, e a partir de então, novamente *A Rural*.

A estrutura organizacional da SRB foi calcada de início na de sua congênere argentina, a Sociedade Rural Argentina. Apesar do nome, a Sociedade Rural Brasileira recrutava tradicionalmente seus associados especialmente dentro do estado de São Paulo e, sobretudo, entre os grandes proprietários. Antes da Revolução de 1930, a SRB era, de longe, a mais importante associação rural de empregadores de base regional do país, concentrando sua atenção na defesa dos interesses do café, mas promovendo ao mesmo tempo diversas associações especializadas, voltadas para categorias específicas como a dos plantadores de algodão ou de frutas cítricas, a dos criadores de aves domésticas, de coelhos etc.

### **NA PRIMEIRA REPÚBLICA**

A leitura das atas da reunião de fundação e da reunião seguinte, de 31 de maio de 1919, que tratou da instalação definitiva da SRB e elegeu a primeira diretoria, revela claramente a composição social da entidade nos seus primeiros tempos. Entre os nomes ligados a tradicionais famílias paulistas que se reuniram para fundar a entidade encontravam-se Antônio Prado, ex-ministro da Agricultura sob o Império e prefeito de São Paulo de 1899 a 1910, Rafael Sampaio Vidal, Carlos Monteiro de Barros, Carlos Botelho, Olavo Egydio de Sousa Aranha, Martiniano Rodrigues Alves, Elói Chaves, J. J. Cardoso de Melo Neto, Guilherme da Fonseca Cotching, Bento de Abreu Sampaio Vidal, Marcolino

Barreto e Júlio de Mesquita Filho. Ao lado deles, observa-se a presença de altos funcionários de empresas frigoríficas, geralmente estrangeiras, e de representantes de indústrias e de firmas cafeeiras. Assim, entre os que assinaram a ata da reunião de fundação encontravam-se cinco diretores do frigorífico Armour, quatro diretores da Leon Israel & Company, um diretor da Continental Products Co., além do próprio cônsul da Inglaterra em São Paulo, A. Crawford White. Já a ata da reunião de 31 de maio contou com as assinaturas, entre outros, de representantes do frigorífico Wilson, da Companhia Cafeeira de São Paulo e da Companhia de Indústrias Têxteis. O setor bancário também possuía representantes, na qualidade de sócios remidos da sociedade, conforme atesta uma relação de 12 bancos anexa à ata. Essa relação incluía tanto bancos nacionais, como o Banco do Comércio e Indústria de São Paulo e o Banco Comercial de São Paulo, quanto bancos estrangeiros, como o Banque Française et Italienne pour l'Amérique du Sud, o Banco Ítalo-Belga e o London and River Plate Bank.

A primeira diretoria da SRB emergiu de uma dissidência da Sociedade Paulista de Agricultura (SPA), e era assim constituída: presidente, Eduardo da Silva Prates, conde de Prates; vice-presidente, Rafael Sampaio Vidal; tesoureiro, Eduardo Fonseca Cotching; primeiro-secretário, A. S. Midlan; segundo-secretário, Leopoldo Plaut; diretores de posições, Fernand Ruffier e o coronel Francisco Correia. O conselho fiscal era formado por Carlos Botelho, Arnaldo Cintra e H. Bernss'au.

Definida por Elisa Pereira Reis como “a única associação de interesses eficaz do período, face ao pragmatismo de suas reivindicações e a representatividade de seus quadros dirigentes”, em seus primeiros tempos de existência a SRB constituiu uma organização eminentemente paulista, defendendo principalmente os interesses dos grandes produtores de café e de algodão de São Paulo, e também dos pecuaristas. Alguns pesquisadores, inclusive, analisam a fundação da SRB como uma demonstração de força e de organização dos agricultores paulistas frente à indecisão do governo federal por uma política de defesa permanente dos preços do café. A entidade lutava igualmente por preços mínimos para seus produtos, modernização agrícola, expansão de crédito, facilidades para a exportação e também – nos primeiros anos – para que o governo promovesse a vinda de trabalhadores para desenvolver as atividades agrícolas.

Defensora dos setores mais diretamente vinculados à agricultura de exportação, a

SRB, por suas estratégias e objetivos distintos, iria rivalizar com a Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), sediada no Rio de Janeiro, rivalidade que iria perdurar por várias décadas. Enquanto a SNA mantinha um forte vínculo com o governo federal, a SRB teria mantido uma relação de proximidade com o governo estadual paulista, sendo um indicativo deste fenômeno sua participação na formação de agrônomos para a Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, administrada pelo poder público estadual.

A SRB, partidária do liberalismo agrário, esteve envolvida com os interesses externos, sendo revelador o fato de um de seus fundadores ter sido Arthur Diederichsen, ligado à firma Theodor Wille, uma das principais companhias estrangeiras nos negócios do café. A presença de Diederichsen é apontada como um indicativo de que a fundação da entidade teria sido ocasionada também pela crise do comércio internacional, em decorrência dos efeitos da Primeira Guerra Mundial.

Colocando seus interesses acima do jogo político, a SRB oscilou entre o apoio e a oposição ao governo estadual, configurando-se num importante canal de comunicação entre este e os cafeicultores paulistas. O jornal *O Estado de S. Paulo* constituiu-se num porta-voz da entidade, inclusive pelo fato de seu presidente, Júlio de Mesquita, pertencer a seus quadros.

Quanto a ações concretas, a SRB, de acordo com Philippe Schmitter, centrou inicialmente seus esforços no estímulo à criação de gado, “provavelmente devido à crise no mercado exportador de carne, registrada após a Primeira Guerra Mundial”. No entanto, em pouco tempo o café se impôs como sua principal preocupação. Em 1920, a entidade — procurando solucionar a crise provocada pela deterioração do preço do café no mercado mundial — pressionou o governo do estado de São Paulo para que este interviesse em defesa do produto. O presidente estadual Washington Luís, não querendo comprometer-se com o ônus de uma política de valorização, transferiu o encargo para o governo federal. A princípio, o presidente da República, Epitácio Pessoa, recusou-se a assumir tal responsabilidade, o que provocou um quase rompimento de São Paulo com a União. Num segundo momento, porém, e seguindo a orientação do conde Alexandre Siciliano, homem da SRB, Epitácio autorizou a compra de mais de quatro milhões de sacas de café pelo Estado, efetuada mediante um empréstimo de nove milhões de libras contraído na Inglaterra em fevereiro de 1921. Desse modo foi garantida a renda dos cafeicultores.

Conservadora em questões sociais, a sociedade se insurgiu em fevereiro de 1921 contra a regulamentação do trabalho agrícola elaborada pelo Bureau International du Travail, órgão da Liga das Nações, considerando-a “intempestiva” e “indébita”.

Em 1924, primeiro nas regiões cafeeiras de Campinas e depois nas do conjunto do estado, irrompeu com força uma praga conhecida por “broca do café”, que ameaçou seriamente os negócios do setor. Personalidades influentes de Campinas, como Otaviano Alves de Lima Jr., discursaram sobre a questão na SRB, que, assim como a SPA e a Liga Agrícola Brasileira (LAB), chegou a recomendar a supressão da colheita de café daquele ano, como forma de exterminar a praga. No mês de junho, a entidade convocou uma reunião no Clube Campineiro, sob a presidência de Júlio de Mesquita. Algumas atitudes do governo estadual foram bastante criticadas, como a suspensão do embarque de café proveniente das zonas afetadas pela praga.

Ainda em 1924 foi criada pelo governo paulista a Comissão de Estudo e Debelação da Praga Cafeeira. Ao mesmo tempo, formou-se outra comissão, composta principalmente por integrantes da SRB, entre os quais Carlos Botelho, Bento de Abreu Sampaio e Júlio de Mesquita. O relacionamento entre as duas comissões foi marcado por algumas divergências, o que indicava a complexidade das relações entre o setor cafeeiro e os pesquisadores da administração estadual.

A SRB tem também a seu crédito a iniciativa da criação, em 1925, do Instituto do Café do Estado de São Paulo, órgão ligado à administração estadual. Schmitter afirma que os cargos de direção do instituto, bem como da Secretaria de Agricultura do estado, foram, em sua maioria, ocupados por membros da SRB durante boa parte da década de 1920. Em 1927 a SRB apoiou a criação do Instituto Biológico de Defesa Agrícola e Animal (atual Instituto Biológico), surgido naquele ano como resultado dos trabalhos da Comissão de Estudos e Debelação da Praga Cafeeira.

Defensora do livre-cambismo no plano econômico, em junho de 1928 a SRB acusou o recém-criado Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP), formado por industriais egressos da Associação Comercial de São Paulo, de defender posições “ultraprotecionistas”, prejudiciais aos interesses da agricultura.

Quanto ao quadro político-partidário, um número considerável de dirigentes da SRB alinhava-se ao Partido Democrático (PD), agremiação surgida em 1926 como uma

dissidência do Partido Republicano Paulista (PRP). O jornal oficial do PD, *Diário Nacional*, dava grande cobertura às reuniões da sociedade, prodigalizando elogios a todas as suas atividades. No final da década de 1920 e no início da de 1930, o diretório central do PD contou com a presença de destacados líderes da SRB, como Paulo de Moraes Barros, que presidiu a entidade no biênio 1921-1922, Henrique de Sousa Queirós, presidente em 1925-1926 e 1931-1932, L. V. Figueira de Melo, presidente em 1927-1928, e mais tarde em 1941-1942, além de Joaquim Sampaio Vidal, um dos mais destacados dirigentes da instituição.

### NO PERÍODO PÓS-1930

Nos primeiros momentos após a vitória da Revolução de 1930, a SRB – assim como o PD – inicialmente se mostrou simpática ao novo governo chefiado por Getúlio Vargas. Rapidamente, porém, as relações entre a entidade e o novo governo se deterioraram, e a SRB passou também a enfrentar a rivalidade de outra organização de classe concorrente, a Comissão de Organização da Lavoura, depois Federação das Associações de Lavradores de São Paulo. Depois de apoiar o fracassado levante paulista de 1932 contra o governo Vargas, as tensões com o governo foram progressivamente diminuindo de intensidade.

Durante a década de 1940, a SRB participou de duas importantes conferências, reunindo empresários de vários setores: a I Conferência Nacional das Classes Produtoras (I Conclap), realizada em Teresópolis (RJ) em 1945, e a II Conferência Nacional das Classes Produtoras (II Conclap), em Araxá (MG), em 1949. Os dois conclaves representaram uma tentativa de maior participação do empresariado na elaboração das políticas governamentais e de afirmação do primado da iniciativa privada na economia brasileira.

Na década de 1950, a relação entre a SRB e o governo voltou a esfriar durante o segundo governo Vargas (1951-1954). A entidade reagiu às iniciativas governamentais no sentido de promover a reforma agrária, introduzir leis trabalhistas no campo e organizar sindicatos rurais, opondo-se também à criação do Serviço Social Rural (SSR) — órgão que tinha por finalidade fornecer serviços sociais e assistência técnica ao homem do campo — proposta por Vargas e aprovada na presidência de João Café Filho (1954-1955). Durante o governo Juscelino Kubitschek (1956-1961), continuou a haver divergências entre a sociedade e o governo, embora com menos intensidade.

Nos anos 1960, frente às crescentes manifestações pela reforma agrária, a entidade reiterou sua posição conservadora em relação à questão, concebendo a melhora social no campo sob a ótica de uma efetiva assistência do governo ao setor rural e opondo-se ao fracionamento das grandes propriedades. Combateu o projeto do governo de João Goulart (1961-1964) de estender os direitos trabalhistas ao campo – que culminou com a aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural, em 1963 – e também criticou o Estatuto da Terra, instituído em 1964 pelo governo militar, cuja instauração, em abril daquele ano, foi por ela firmemente aplaudida – a SRB foi uma das organizadoras da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, realizada em São Paulo em março de 1964.

O incentivo à agricultura entrou na pauta da entidade nos anos 1970. Entre outras reivindicações às autoridades, a SRB solicitou a isenção da cobrança do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM) sobre máquinas, AA disponibilidade de créditos e outros estímulos às atividades rurais.

Na década de 1980, marcada por um acelerado processo de urbanização e pela transferência de renda do campo para a cidade, a SRB novamente manifestou-se contrariamente às propostas de reforma agrária, rejeitando o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), lançado pelo governo de José Sarney (1985-1990). Chegou mesmo a apresentar um plano alternativo, enfatizando o arrendamento como forma de acesso à terra pelo camponês. Nos anos seguintes, opôs-se ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Em 1988, por ocasião das discussões finais da nova Constituição federal na Assembléia Nacional Constituinte, a entidade formou a Frente Parlamentar da Agropecuária, defendendo a função econômica da terra.

Nos anos 1990, a SRB foi uma das primeiras a manifestar apoio ao Plano Real, instituído em 1994 pelo governo de Itamar Franco (1992-1995). Foi também favorável à criação, em 1995, do Mercado Comum do Sul (Mercosul), que visava à integração econômica, num primeiro momento, do Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai. Nesse decênio, a SRB consolidou seu papel como difusora de tecnologias para o produtor mediante a organização de grandes feiras agrícolas. Nos últimos anos da década, a entidade se viu às voltas com discussões sobre a questão da terra, diante do recrudescimento dos movimentos sociais.

*Sergio Lamarão/Inoã Carvalho Urbinati*

FONTES: BORGES, D. *Getúlio*; CAMARGO, A. *Questão*; DULLES, J. *Unrest*; FAUSTO, B. *Revolução*; GOMES, A. *Revolução*; MOTTA, M. *Dicionário*; MAGALHÃES, G. *Sociedade*; MENDONÇA, S. *Ruralismo*; REIS, E. *Agrarian*; RIBEIRO, V. *Voz; Rural*; SCHMITER, P. *Interest*; SILVA, A. *Ciência*; SOC. RUR. BRAS. Disponível em: <<http://www.srb.org.br/>>. Acesso em: 29/6/2010; SOC. RUR. BRAS. *Estatutos*; SOUSA, J. *Encic*; VÍTOR, M. *Cinco*; ZIOLI, M. *Política*.